

DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v6n1p46-58>

— com Juliana Campregher Pasqualini



BIOGRAFIA

Professora do Departamento de Psicologia da UNESP Bauru e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP Araraquara, com pós-doutorado pela Faculdade de Educação da

UNICAMP. É graduada em Psicologia pela UNESP Bauru, mestre em Educação Escolar pela UNESP Araraquara e doutora pelo mesmo programa, com estágio de doutorado-sanduiche na University of Bath, Inglaterra. Coordenou de 2011 a 2016 o projeto de extensão universitária que produziu a "Proposta Pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru/SP". Desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão nos seguintes temas: psicologia histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica, psicologia do desenvolvimento, educação infantil, psicologia da educação, formação de professores e processos grupais.

EDUCAÇÃO INFANTIL: LUGAR DE RESPEITAR O TEMPO DA CRIANÇA, CADA UM TEM O SEU TEMPO

Pensar a Educação Infantil brasileira é um desafio, uma tarefa complexa que pressupõe que a gente recupere a história dessa etapa da escolarização e o legado que carregamos, bem como as contradições que se expressam nas concepções e práticas dessa etapa da educação. Uma das marcas desse legado é a visão do desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida como um processo natural.

A ideia da Educação Infantil como um lugar de "respeitar o tempo da criança" se vincula muito fortemente a uma visão naturalizada do desenvolvimento infantil, como se este fosse um processo que ocorre por si mesmo, cabendo aos adultos/educadores apenas acompanhar, estimular ou meramente facilitar esse processo. É fato que o princípio de se respeitar o tempo da criança tem uma validade, no sentido de que precisamos olhar para essa criança, perceber as suas necessidades, as suas possibilidades e construir uma relação educativa que tome a

criança como sujeito de seu processo de desenvolvimento, e que reconheça as idiossincrasias e singularidades. Por outro lado, pode expressar essa noção de que a criança se desenvolve por si mesma, naturalmente, ou espontaneamente, em seu próprio ritmo, colocando o adulto em um segundo plano.

Ocorre que o desenvolvimento humano não é somente a maturação do organismo, mas essencialmente como uma relação entre a história individual e a história social e, portanto, depende dos processos sociais educativos, do outro humano, na relação com a cultura. Por isso, precisamos criar as condições para que esse desenvolvimento ocorra, planejar situações educativas. Nosso desafio é conduzir o processo educativo com base em parâmetros e critérios objetivos e científicos, ao mesmo tempo em que construímos "artesanalmente" uma relação educativa singular e irrepetível com cada grupo de crianças. Observar o ritmo e o tempo de cada criança sem que isso signifique uma "pedagogia da espera", que aguarda a prontidão, que espera pela maturação, pois nos orientamos pela clareza de que é o

trabalho educativo que promove, provoca, puxa o desenvolvimento. Isso se reflete na visibilidade da importância do trabalho do professor, do trabalho educativo que acontece na Educação Infantil, mesmo que a sociedade não reconheça o devido valor dessa etapa escolar. Evidenciar a importância dos processos educativos como condição para o desenvolvimento da criança contribui, inclusive, para essa valorização do trabalho educativo que realizamos desde a creche.

EDUCAÇÃO INFANTIL:

APRENDER PELAS EXPERIÊNCIAS

Podemos concordar que a criança na Educação Infantil aprende pelas experiências, mas é necessário fazermos uma análise do que essa formulação significa, problematizar o que de fato ela expressa.

Na atual Base Nacional Comum Curricular essa ideia vem muito forte, uma vez que com o arranjo curricular pelos Campos de Experiências veicula-se a visão de um desenvolvimento que ocorre espontaneamente, a partir da própria criança. Então, se é fato que a gente

aprende pelas nossas experiências na vida, no mundo, precisamos perguntar: o que é essa experiência que promove desenvolvimento? Porque muitas vezes essa experiência é pensada como experiência individual, da criança com os objetos, da criança com os espaços, a criança experienciando a partir de si mesma os fenômenos. E isso acaba por ocultar o caráter fundamentalmente social das nossas experiências.

Não existe experiência humana sem conteúdo social. Por isso, quando pensamos na escola de Educação Infantil promovendo experiências que possam provocar desenvolvimento, isso implica discutir o conteúdo sócio-histórico e cultural dessas experiências, visando enriquecê-las de conteúdo histórico humano. Em outras palavras, estamos indicando que é preciso pensar a experiência da criança na escola como experiência social compartilhada e guiada, orientada, enriquecida pelos os adultos, educadores, professores que realizam o trabalho educativo com as crianças.

Algo importante de se destacar é o fato de que não se ter um

direcionamento visível em algumas situações educativas na escola de Educação Infantil não significa que não exista um direcionamento. Muitas vezes esse direcionamento está oculto, é um direcionamento que será expresso nos comportamentos, nas verbalizações das crianças, pois na ausência de uma direção explícita do processo educativo passam a agir as tendências sociais dominantes, há essa tendência a uma reprodução das relações sociais vigentes - em seu conteúdo e forma. Precisamos urgentemente superar essa ideia equivocada de que as ações infantis são autodeterminadas... a criança se desenvolve e sua personalidade se forja no seio das relações sociais, o que significa dizer que um desenvolvimento sem a interferência do adulto e dos processos educativos é impossível. Uma pedagogia não-diretiva é uma pedagogia que abre mão de indicar a direção do processo formativo da criança e, com isso, permite que esse processo seja conduzido pelas forças sociais hegemônicas. Por isso temos defendido que a tarefa da escola de educação infantil é justamente trabalhar que o conteúdo

da experiência seja humanizador, rico em termos de cultura de produção humana, que seja um conteúdo emancipador.

Pensar o conteúdo das experiências infantis e pensar o nosso papel educativo na direção de enriquecer de conteúdo essas experiências é fundamental para esses *slogans* não se esvaziarem nem na concepção espontaneísta, naturalizante e até romantizada de desenvolvimento Infantil.

EDUCAÇÃO INFANTIL: LUGAR DE FELICIDADE E LIBERDADE

Toda vez que nos deparamos com esses *slogans* é necessário fazer um exercício de decifrá-los e entender o que está sendo comunicado, proposto com essas ideias. Quando se defende o direito da criança a ter uma livre expressão, uma livre atividade na Educação Infantil, explorando o mundo a partir de seus próprios interesses, sem restrições ou direcionamentos do mundo adulto, essas ideias precisam ser contextualizadas, ou seja, é preciso examinar quais os sentidos dados a essas proposições. Não raro se

pressupõe que a liberdade seja meramente a ausência de restrições, ou a ausência de uma instrução e, com isso, a criança, supostamente, estaria livre para uma atividade lúdica não dirigida. Mas... será que o fato de não haver esta direção imediata já faz com que a criança seja livre na sua atividade? O que é que estamos entendendo por liberdade nos primeiros anos da infância, afinal? Nossa posição tem sido pensar a liberdade como um ponto de chegada, e não como ponto de partida. Há uma diferença entre uma atividade sem restrições imediatamente visíveis, não dirigida ou não instruída, e uma atividade efetivamente livre. A atividade livre pressupõe um processo de aprendizagem, de apropriação, de incorporação de possibilidades de ação no mundo historicamente conquistadas pelo ser humano e que se tornam possibilidade para cada criança. A atividade livre pressupõe a incorporação da História.

Quando a criança domina um dado modo de ação, quando conquista certas operações, certas capacidades, e se torna possível para ela lançar mão dessas capacidades ou operações em

busca de objetivos concretos de ação no mundo, podemos começar a pensar em uma atividade mais livre. A liberdade pressupõe conhecer possibilidades, dominar alternativas, e então poder realizar escolhas ao agir. E, claro, liberdade não significa, para nós, ausência de condicionamentos. Por isso só é possível se falar em liberdade em articulação com o desenvolvimento da atividade consciente, e portanto como conquista tardia do desenvolvimento, nunca realizada no plano meramente individual. Então, é urgente desmistificar esse *mito/slogan* de que a liberdade seja uma condição *a priori* da infância e pensar que a liberdade é uma árdua conquista que só se produz nas relações sociais. Abandonar a concepção liberal, individualizada e romântica de liberdade é fundamental para compreender o papel da mediação educativa na formação da criança e a tarefa histórica da escola de educação infantil.

Em sentido semelhante podemos pensar no imperativo da felicidade como objetivo último da Educação Infantil, outro mito ou *slogan* bastante presente nesse campo. É

claro que queremos crianças felizes na Educação Infantil! O bem-estar, a alegria da criança é um valor para quem pensa politicamente a educação infantil, mas a ponderação que trazemos refere-se à necessidade de pensar essa alegria vinculada à especificidade da atividade que se realiza nesse espaço. Então, falaremos da alegria por aprender, a alegria por se desenvolver, a alegria por estar compondo um coletivo ou uma comunidade orientada por um projeto educativo que vai construindo motivos para essa criança desejar se apropriar do conhecimento, desejar aprender, desejar se desenvolver. Não é qualquer alegria ou felicidade que serve para gente, porque a alegria também tem conteúdo! E esse conteúdo pode ser mais ou menos desenvolvente, mais ou menos alienante... A felicidade é também aprendida e ensinada, e não pode ser confundida meramente com estados emocionais agradáveis aparentes, pois ela tem relação com construções de longo prazo, de vínculos, de comunidade, que fazem com que a gente inclusive consiga lidar bem com momentos que são

desagradáveis, frustrantes. Isso compõe o processo maior da vida social da criança. Essa clareza é importante para não nos tornarmos reféns do “agradável” o tempo todo, o que se relaciona muito mais a uma recreação do que a um processo educativo.

Cabe dizer também que em alguns momentos o estar na escola pode não ser alegre. Alguns processos de aprendizagem são árduos, dolorosos até, isso em todas as etapas da vida, incluindo a educação infantil. Vivenciar frustrações e insucessos, conter impulsos para conseguir organizar suas ações, suportar as tensões da vida coletiva... o aprender e o desenvolver-se pressupõem um esforço nem sempre agradável por parte da criança, mas necessário para que ela possa se desenvolver e se tornar cada vez mais livre na atividade social.

Portanto, a felicidade não pode ser um parâmetro primeiro ou isolado para se pensar a Educação Infantil, pois a tarefa histórica da escola é promover o desenvolvimento infantil nas suas máximas possibilidades, pensando na formação das crianças para a vida nessa sociedade - que é

contraditória, injusta, estruturalmente desigual e que precisa ser transformada.

Situar essas ideias na concretude da nossa sociedade é importante para não nos apegarmos a palavras que são bonitas, como felicidade, alegria, liberdade, mas que se tornam esvaziadas de conteúdo, se tornam abstratas se não as situarmos muito concretamente na vida social.

EDUCAÇÃO INFANTIL: ESPAÇO DE OPORTUNIDADE

Um aspecto importante para entendermos o lugar que a Educação Infantil ocupa na sociedade é perceber que um dos elementos que a consolidou como uma prática institucionalizada que compõe a Educação Básica foi o fato de ela ser percebida politicamente como uma estratégia de alívio da pobreza, incentivada por organismos internacionais/multilaterais. As pré-escolas difundidas nos anos 1970, 1980 no Brasil, tinham muito essa perspectiva de compensar efeitos deletérios das situações de miserabilidade às quais as crianças poderiam estar submetidas em seus espaços domésticos e comunitários, bem como prepará-las para a antiga

escola primária, antecipando certos conteúdos, naquela retrógrada perspectiva de produzir a "prontidão" para a escola. Isso nos faz refletir que a Educação Infantil nunca foi pensada como um projeto propriamente educativo, com finalidades específicas... ela foi se consolidando para servir a interesses extrínsecos, a interesses alheios à sua própria tarefa, como forma de apaziguamento das tensões sociais. Embora tenhamos avançado muito no plano das legislações, concepções e práticas, essa é uma perspectiva que permanece no subterrâneo. Esse legado histórico continua presente, e vemos o quanto a Educação Infantil ainda é marcada por uma dualidade: para as crianças dos extratos mais vulneráveis da classe trabalhadora uma função compensatória, de apaziguamento das tensões sociais; enquanto que para as crianças da elite ela tem uma característica de pensar um projeto de desenvolvimento, um projeto formativo, educativo. Isso não ocorre somente na Educação Infantil, mas na educação escolar brasileira de um modo geral, pois essa é a marca fundamental da

nossa sociedade. É por isso que só podemos pensar a escola e as suas contradições de uma forma muito concretamente situada na sociedade.

Isso também nos ajuda a perceber o quanto a Educação Infantil vai sendo perpassada por interesses de outras ordens, como os econômicos. Portanto, um espaço que absorve ideologias, concepções de ser humano e de sociedade que são conservadores desse modelo social. O que temos visto acontecer muito frequentemente em escolas de educação infantil privadas, lamentavelmente, é a inclusão no currículo de disciplinas de "empreendedorismo" ou de "formação de líderes", algo relacionado à ideia de que já nessa etapa da educação as famílias podem proporcionar uma formação diferenciada para o seu filho, como se estivéssemos já preparando a criança para um futuro mercado de trabalho. É compreensível que isso tenha apelo em uma sociedade concorrencial como a nossa, que nos coloca em permanente competição por um espaço no mundo de trabalho. Justamente por isso é que precisamos ter uma visão

crítica sobre o que isso significa na formação da criança, pois em última instância se trata de um movimento de inculcação de uma ideologia de mercado, de naturalização do princípio da concorrência entre iguais. Há uma ética e uma concepção de mundo sendo formadas, sendo constituídas a partir dessas práticas, desses conteúdos. Essa ideia da Educação Infantil como uma "janela de oportunidade", como esse momento em que está se "formando o cérebro" e por isso se deve garantir certas aprendizagens até como "diferenciais" na formação da criança, vem muito atrelada a uma visão de mundo pautada pelo princípio da concorrência.

Desenvolver um senso crítico em relação a isso é fundamental para que possamos de fato discutir um projeto educativo para as crianças que não esteja atrelado a interesses econômicos e ideológicos, mas a serviço da formação de um sujeito humano.

Cabe também fazer uma reflexão sobre o uso do *slogan* da oportunidade na educação infantil durante esse período da pandemia, pois tem sido muito comum o discurso de que o fechamento

presencial das escolas trouxe perdas irreparáveis do ponto de vista intelectual, de sociabilidade, enfim, como se a “janela de oportunidade” de formação desse sujeito tivesse se fechado porque esse momento da sua formação “passou”. É claro que não podemos naturalizar nem minimizar as perdas que ocorreram com a pandemia - ou melhor, em função da condução social da pandemia, mas precisamos lidar com essas perdas projetando o que precisamos e podemos fazer daqui para frente, vislumbrando como podemos criar as devidas condições para o desenvolvimento infantil dessas crianças que viveram esse período histórico. O que eu quero chamar atenção aqui é que precisamos deixar essa ideia de que se perdeu uma janela, que a oportunidade se fechou, porque o ser humano não se fecha, não se congela, estamos em permanente movimento, em permanente processo formativo. Precisamos então receber essas crianças, trabalhar com as condições que se apresentam, com o saldo dessa vivência do tempo da pandemia, orientando as ações por um projeto de formação, educativo, coletivo, e

principalmente, voltado ao futuro. Cabe a nós pensarmos quais são as condições educativas e sociais que precisam ser oferecidas para as crianças a fim de se garantir um desenvolvimento pleno e saudável, elaborando coletivamente aquilo que foi vivido - esse momento tão duro que vivemos como sociedade e que ainda não acabou, mas projetando o futuro da formação dessas crianças, apostando e investindo na potência do humano.

Até porque quem é educador, professor no Brasil sempre precisou lidar com uma situação estruturalmente injusta, de uma sociedade violenta que não respeita e não protege a infância... a pandemia veio apenas acirrar e explicitar problemas crônicos gravíssimos que sempre se fizeram presentes no cotidiano das nossas escolas.

EDUCAÇÃO INFANTIL: LIVROS DIDÁTICOS E ORELHAS DE COELHO

O que ensinar na Educação Infantil? Qual o conteúdo que deve ser ensinado e aprendido nesses primeiros anos de vida no contexto escolar? Vemos algumas tendências

históricas ainda presentes e grandes contradições a serem enfrentadas. Não é raro que o planejamento pedagógico do ano letivo se guie, por exemplo, pelas datas comemorativas. Dia da água, Dia do Índio, Dia da Árvore, Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, e assim seguimos até o Natal... Então é proibido trabalhar datas comemorativas? De forma alguma, mas é necessário uma reflexão e clareza do porquê e como trabalhar, para que não fiquemos presos a essa sociabilidade rasa que tradicionalmente marca o trabalho com as datas comemorativas na escola de educação infantil, expressando menos uma atividade pedagógica intencional e fundamentada e mais uma ausência de projeto de trabalho educativo com as crianças, um vazio curricular.. Qual o conteúdo queremos socializar ao trabalhar essas datas? Será que só é possível um trabalho na educação infantil relacionado a datas, letras, números e formas? É importante ponderar que letras, números, formas e datas não podem estar na educação infantil meramente para ocupar um “vazio” de “não saber o que fazer” com as

crianças ou de prepará-las para a alfabetização. As propostas precisam ser contextualizadas, sequenciadas e não resumidas a tarefas nas folhinhas ou no livro didático - o que, aliás, parece ter voltado com muita força pelas pressões que se colocaram com o ensino remoto na pandemia.

Tudo isso é muito revelador da ausência de um projeto curricular para a educação infantil, o que é algo bastante difícil de compreender, pois se começamos a mergulhar um pouco nas áreas do conhecimento (na matemática, na língua portuguesa, nas artes visuais, na música, na educação física, etc.) vamos encontrar tanto conteúdo humano, rico, interessante, importante de socializar e promotor do desenvolvimento humano que a dificuldade deveria ser o que ficará de fora no tempo da escola.

Acompanhamos em 2021 o edital do último PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) 2022, que trouxe basicamente as velhas cartilhas reeditadas como uma grande novidade editorial, uma mercadoria requeitada certamente bastante lucrativa e lamentavelmente nesse caso chancelada como política do

governo federal. Isso gerou muita mobilização e debate pelo Brasil, com posições de resistência, mas também gerou reações de adesão, lamentavelmente... Isso pode ser compreendido também como consequência da ausência de um projeto curricular consolidado, de tempo de estudo e planejamento. Na falta de clareza do que fazer com as crianças, a apostila faz com que algumas instituições e professores sintam mais seguros para lidar com o desafio cotidiano do planejamento - que pressupõe uma dimensão criativa autoral inventiva por parte da professora e do coletivo de profissionais da escola – o livro didático aparece como uma “salvação”.

Um dos nossos maiores desafios para a educação infantil é pensar um projeto curricular consistente e efetivamente formativo para as crianças, que possa de fato ser um instrumento de acesso à cultura humana nas suas máximas elaborações, das suas ricas produções de um modo acessível à criança pequena de acordo com as possibilidades da idade que atendemos na educação infantil.

O QUE SIGNIFICA CONTEÚDO EMANCIPADOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

Eu entendo que esse conceito está relacionado a um projeto de formação humana, e que, portanto, não terminará na educação infantil, pois pensa a criança para além dessa etapa da educação básica. É a ideia mesmo de um projeto e uma direção para a escolarização, que tem como horizonte a formação de um sujeito capaz de estabelecer uma relação consciente com a sua realidade o que envolve tanto uma dimensão intelectual-cognitiva quanto a esfera afetivo-emocional ou afetivo-motivacional - pois emoções e sentimentos também se educam. E envolve também a formação de uma ética coletivista, baseada no cultivo de laços de companheirismo, solidariedade, e da indignação frente a relações de exploração e opressão entre as pessoas. Estamos falando, no fim das contas, de uma educação que almeja a formação de um sujeito que não se conforma com o modo de relação social que é típico da nossa sociedade atual, portanto, há também uma dimensão de inconformismo, de formar o sujeito

que atua criticamente, no sentido da transformação da sociedade.

A clareza do projeto de formação humana para a educação como um todo (em todas as etapas) é o que direciona quais objetivos específicos, conteúdos e formas de ensino que vão atender a esse projeto em cada etapa, em cada momento do percurso. Por isso pensar o currículo para a educação infantil é uma tarefa que não se resolve de dentro da própria educação infantil, por assim dizer, mas pressupõe um entendimento daquilo que se projeta como horizonte da formação do sujeito. Só de posse dessa clareza do nosso projeto educativo maior é que poderemos identificar e selecionar os conteúdos que, na particularidade do momento da educação infantil, poderão contribuir para uma formação emancipadora. Lembrando, claro, que a liberdade e a emancipação não são processos ou projetos individuais, mas coletivos, que se realizam dentro da totalidade do ser social.

EDUCAÇÃO NO BRASIL: ESPERANÇA, DRAMA OU FARSA?

Educação como farsa é uma formulação ousada e necessária. A situação excepcional da pandemia deixou explícito, como nunca, que muito do que se faz em âmbito educativo é em última instância farsa. Enviar tarefas para as crianças preencherem e devolverem para a escola é processo educativo? Isso é comprovação burocrática, para atender demandas institucionais, não é projeto educativo. O elemento da farsa é fundamental de ser denunciado, pois não podemos naturalizar, por exemplo, o uso das tecnologias de ensino, das plataformas de aprendizagem, sem uma reflexão e um debate sobre a prática educativa no interior da qual esses recursos são utilizados, a serviço de quais finalidades e interesses, produzindo que efeitos na vida social, na formação das nossas crianças e jovens? Infelizmente é preciso dizer em alto e bom som que muito do que se fez em âmbito educacional no tempo da pandemia foi, em última instância, farsa.

Mas ao mesmo tempo em que ousamos denunciar a educação como farsa, também não abandonamos a educação como

esperança que nos move a enfrentar os dramas e contradições da nossa sociedade. Uma esperança que não pode ser ingênua, colocando a educação como a panaceia que vai resolver os problemas e contradições sociais. Não podemos perder a esperança de que o trabalho educativo pode ter efeitos formadores... ele tem! Por isso não nos desmobilizamos, basta olhar em volta e veremos que apesar de todas as dificuldades desse tempo histórico, professores e professoras seguem nessa luta do enfrentamento desses dramas para tentar oferecer minimamente condições sociais e educacionais para as crianças.

A grande síntese é então pensar a educação no interior no processo social, na relação escola-sociedade. Dessa forma, conseguimos reconhecer que a escola é determinada pela correlação de forças dominantes da sociedade e, por isso ela se expressa como drama, como farsa, mas também conseguimos desde a escola tensionar certas contradições, fomentando relações humanas que nos colocam na direção da transformação social em benefício

da grande maioria da sociedade, da classe trabalhadora. Por isso, entendo que devemos conceber a educação como luta. Luta guiada pela esperança de superação desse modo vida e construção de uma outra sociedade em que não veremos pessoas procurando comida em caminhões de lixo enquanto outras multiplicam suas fortunas em offshores.